SPE SAÚDE PRIMÁRIA BH S.A. - CNPJ: 23.921.007/0001-41

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.322	20.346
Fundo restrito	6	6.746	11.716
Ativo financeiro da concessão	7	37.828	41.752
Impostos a recuperar	8	2.320	493
Estoque	9	11.658	11.350
Despesas Antecipadas		1.183	906
Outros ativos		566	328
		74.623	**86.891**
Não circulante			
Ativo financeiro da concessão	7	281.391	181.374
Impostos a recuperar	8	24.387	21.147
Despesas antecipadas		16	20
Outros ativos		12	-
Imobilizado		488	125
		306.294	**202.666**
Total do ativo		**380.917**	**289.557**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2022	2021
Circulante			
Financiamentos	10	28.148	32.899
Fornecedores e outras contas a pagar	12	6.452	4.244
Obrigações sociais e trabalhistas		1.967	1.150
Impostos, taxas e contribuições	13	802	327
		37.369	**38.620**
Não circulante			
Financiamentos	10	152.551	142.470
Mútuos	11	37.999	18.300
Impostos, taxas e contribuições	13	7.024	5.843
Tributos sobre contraprestação	14(a)	28.859	19.942
Tributos diferidos	14(b)	23.418	6.604
		249.851	**193.159**
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	45.000	45.000
Reservas de lucros	16 (b)	48.697	12.778
		93.697	**57.778**
Total do passivo e patrimônio liquido		**380.917**	**289.557**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros a realizar	Lucros líquidos /(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**42.396**	**100**	**495**	**1.407**	**-**	**44.398**
Aumento de Capital	2.604	-	-	-	-	2.604
Lucro líquido do período	-	-	-	-	10.776	10.776
Consituição de reservas	-	539	7.678	2.559	(10.776)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**45.000**	**639**	**8.173**	**3.966**	**-**	**57.778**
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	35.919	35.919
Consituição de reservas	-	1.796	8.531	25.592	(35.919)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**45.000**	**2.435**	**16.704**	**29.558**	**-**	**93.697**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita líquida	17	173.001	205.640
Custos de construção da infraestrutura	18(a)	(96.741)	(174.764)
Custos dos serviços prestados	18(b)	(15.864)	(6.990)
Lucro bruto		**60.396**	**23.886**
Despesas			
Gerais e administrativas	19	(6.046)	(4.795)
Outras despesas/receitas líquidas		33	20
		(6.013)	**(4.775)**
Lucro antes do resultado financeiro		**54.383**	**19.111**
Receitas financeiras	20	3.793	581
Despesas financeiras-	20	(3.769)	(3.346)
Resultado financeiro, líquido		**24**	**(2.765)**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**54.407**	**16.346**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	14 (c)	(18.488)	(5.570)
Resultado líquido do período		**35.919**	**10.776**
Número de ações		**74.159**	**74.159**
Lucro líquido por ações - R$	21	**0,48**	**0,15**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do período	35.919	10.776
Total do resultado abrangente	35.919	10.776

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**54.407**	**16.346**
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19	29	21
Atualização do ativo financeiro	17	(34.619)	(16.732)
Tributos sobre atualização do ativo financeiro		11.481	13.725
Juros e variações monetárias, líquidas		27.842	16.730
		59.140	**30.090**
Aumento líquido/(redução) nos ativos e passivos:			
Contas a Receber		315	(7.385)
Ativo financeiro da concessão		(61.789)	(121.956)
Impostos a recuperar		(4.721)	(14.421)
Outros ativos		(17)	115
Fornecedores e outras contas a pagar		1.973	(788)
Despesas Antecipadas		(272)	3.213
Estoque		(308)	3.797
Obrigações sociais e trabalhistas		817	949
Impostos, taxas e contribuições		(906)	4.338
Fundo restrito	6	4.970	(11.716)
Caixa proveniente das operações		**(798)**	**(113.764)**
Juros pagos	10 (c)	(26.640)	(11.456)
Imposto pagos (IR e CSLL)		(2.019)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(29.457)**	**(125.220)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:			
Aquisições de imobilizado		(395)	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(395)**	**(24)**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos:			
Aumento de Capital		-	2.064
Captação de financiamentos	10 (c)	8.626	126.048
Captação de Mútuo	11	15.201	17.226
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**23.827**	**145.338**
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(6.025)**	**20.094**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		20.347	253
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		14.322	20.347
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(6.025)**	**20.094**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A SPE Saúde Primária BH S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituída em 30 de novembro de 2015. Em 2020, o Grupo Transpes obteve o controle da Companhia. A Companhia tem como objeto social a exploração da concessão administrativa para realização das obras e serviços não assistenciais de 50 centros de saúde da rede de atenção primária à saúde do município de Belo Horizonte, durante o prazo de 20 anos estabelecido no Edital de Licitação da concorrência nº 008/2011 e no instrumento firmado entre o município de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Belo Horizonte ("Poder Concedente") e a Companhia. A concessão administrativa inclui os serviços de construção de toda a infraestrutura dos centros de saúde incluindo a disponibilização do mobiliário e equipamentos necessários além da operação da infraestrutura depois de executada toda a obra. Em 31 de dezembro de 2022, já tinham sido entregues 40 (quarenta) centros de saúde ao Poder Concedente e havia 10 (dez) com obras em andamento. O serviço de operação inclui vigilância eletrônica, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas, e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças relevantes em relação às operações da Companhia quando comparadas ao exercício anterior. **2. Base de preparação - 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2023. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:• **Nota Explicativa 07:** Ativo financeiro da concessão: principais premissas em relação a atualização dos saldos. **2.4**. **Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em Nota Explicativa. **3. Principais práticas contábeis adotadas -** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa -** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2. Fundo restrito -** O fundo restrito representa contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados. Esta conta pode ser movimentada apenas de acordo com as determinações dos contratos de financiamento e demais acessórios. **3.3.Impostos a recuperar -** A Companhia reconheceu créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, referentes ao custo incorrido na fase de construção, e atualmente, reconhece na fase de operação. Referidos créditos são apurados e registrados no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços mencionados. **3.4. Ativo financeiro da concessão -** Refere-se à parcela dos direitos a faturar e faturado ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a realização das obras de infraestrutura dos Centro de Saúde. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como um Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. **3.5. Reconhecimento da receita** - A Companhia reconhece a receita à medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho é satisfeita e a receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços estão disponíveis ao Poder Concedente e são prestados pela Companhia.**(i) Receita de contraprestação mensal** - A receita de contraprestação mensal ("CPM") é reconhecida a partir do início da prestação dos serviços de apoio não assistenciais, que compreendem serviços de vigilância eletrônica, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas, e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. **3.6. Receitas e despesas financeiras** - As receitas financeiras compreendem juros e multas recebidas, descontos obtidos e outras receitas financeiras sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem juros e multas pagos sobre contas a pagar e empréstimos e outras despesas financeiras. Despesas e receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas pela Companhia. **3.7. Financiamentos** - Refere-se a valores captados junto a instituições financeiras para viabilizar a construção de Centros de Saúde (CSs). Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva. **3.8. Estoque -** O estoque é composto por materiais destinados à aplicação nos serviços de construção da infraestrutura e nos serviços operacionais prestados nas unidades já concluídas. Encontra-se avaliado pelo custo médio de aquisição, líquido dos impostos compensáveis. **3.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.10. Tributos sobre contraprestação** - Os tributos sobre a contraprestação contemplam Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") às respectivas alíquotas de 1,65%, 7,6%. Tais tributos são calculados com base na receita de construção e sobre a atualização do ativo financeiro, sendo o reconhecimento mensal na demonstração do resultado do exercício e a amortização pelo pagamento às autoridades fiscais. **3.11. Benefícios a empregados (i) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.12. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. **3.13. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) (i) Ativos financeiros** - Em relação ao impairment de ativos financeiros, a CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com a CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia. **(ii) Ativos não financeiros -** A Administração revisa anualmente o valor contábil dos seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável corresponde ao valor líquido de venda ou ao valor de uso, dos dois o maior. Não foram constatadas indicações de que os valores contábeis de ativos possam ser superiores aos valores de recuperação. **3.14. Instrumentos financeiros** (i) **Ativos financeiros não derivativos** - **Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por impairment a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, fundo restrito e ativo financeiro, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. **(ii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração -** Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia classificados ao custo amortizado incluem financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.**4. Instrumentos financeiros por categoria -a. Gestão de risco financeiro** - A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativo financeiro da concessão, fundo restrito, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(i) Risco de liquidez** - É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **(ii) Risco com taxa de juros** - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **(iii) Risco de crédito -** O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	237	8.970
Aplicações financeiras (i)	14.085	11.376
	14.322	**20.346**

(i) Referem-se a fundos de investimentos em renda fixa, que buscam remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata. **6. Fundo restrito** - Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 6.746 (31 de dezembro de 2021 - R$ 11.716) busca remuneração à taxa de 100% do CDI. O saldo é mantido conforme previsto nos contratos firmados entre a Companhia e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). **7. Ativo financeiro da concessão** - Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante a receber de R$ 7.226 (31 de dezembro de 2021 – R$ 7.541) referente aos serviços prestados para a operação da Concessão. O saldo remanescente de R$ 311.993 (31 de dezembro de 2021 – R$ 215.585), será amortizado pelo recebimento das contraprestações mensais, que deverá ocorrer ao longo da Concessão. O saldo do ativo financeiro da concessão compreende as parcelas citadas a seguir:

	2022	2021
Direitos a faturar (i)	311.993	215.585
Faturas emitidas ao poder concedente - Contraprestação mensal (ii)	7.226	7.541
	319.219	**223.126**
Ativo circulante	37.828	41.752
Ativo não circulante	281.391	181.374

(i) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo de construção total incorrido, acrescido de margem de construção, corrigido pela taxa de atualização do ativo financeiro. **(ii)** Refere-se ao saldo a receber das notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude dos serviços prestados. **a. Prazo de recebimento** - O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2022	2021
2023	-	26.704
2024	31.843	26.704
2025	33.237	26.704
2026	34.718	26.704
2027 em diante	181.593	74.558
	281.391	**181.374**

b. Movimentação ativo financeiro da concessão

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	215.585	76.896
Receita de Construção	106.601	192.578
Atualização do ativo financeiro	34.619	16.732
Recebimento investimento na infraestrutura	(44.812)	(70.621)
Saldo em 31 de dezembro	**311.993**	**215.585**

8. Impostos a recuperar

	2022	2021
IRRF sobre aplicações financeiras	740	71
IR/CS a recuperar	1.168	357
PIS/COFINS a recuperar	24.387	21.147
Outros impostos a recuperar	412	65
	26.707	**21.640**
Ativo circulante	2.320	493
Ativo não circulante	24.387	21.147

Os impostos a recuperar serão realizados até o fim da concessão. São recuperados à medida em que a Companhia realiza o ativo financeiro da concessão. **9. Estoques** - O Estoque da companhia é composto por materiais que serão consumidos em suas atividades operacionais.

	2022	2021
Estoque	2.019	2.277
Estoque em poder de terceiros	9.639	9.073
Saldo em 31 de dezembro	11.658	11.350

10. Financiamentos - a.Composição

	Encargos Financeiros	2022	2021
BDMG - FINEM	TLP + 6,39%	60.285	58.580
BNDES - FINEM	TLP + 3,37%	120.414	116.789
		180.699	**175.369**
Passivo circulante		28.148	32.899
Passivo não circulante		152.551	142.470

b.Prazo de vencimento - O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2022	2021
2023	-	10.619
2024	12.286	10.619
2025	12.286	10.619
2026	12.286	10.619
2027	12.286	10.619
2028	12.286	10.619
2029	12.286	10.619
2030 a 2036	78.835	68.137
	152.551	**142.470**

c. Movimentação

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	175.369	45.123
Captação de financiamentos	9.033	186.048
Juros provisionados	23.344	15.654
Juros pagos	(26.640)	(11.456)
Amortização principal	(407)	(60.000)
Saldo em 31 de dezembro	**180.699**	**175.369**

d. Garantias - Para garantir o cumprimento das obrigações contraídas junto ao BDMG e BNDES, a Companhia cedeu em garantia os seguintes itens: • Totalidade de direitos creditórios que venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Concessionária; • Totalidade de direitos creditórios decorrentes do penhor realizado pelo Poder Concedente em garantia à Concessionária, conforme cláusula 20ª do Contrato de Concessão e suas subcláusulas; • Penhor de totalidade das ações da companhia; • Fiança bancária de o valor da dívida. Além das garantias cedidas pela Companhia, a controladora Transportes Pesados Minas S.A também cedeu os seguintes itens: • Dividendos e juros sobre capital próprio oriundos da distribuição de resultados da SPE Inova BH; • Fiança corporativa; • Equity Support Agreement (ESA). **11. Mútuo** - Durante o exercício de 2022, a Companhia totalizou o montante de R$37.999 (31 de dezembro de 2021 - R$ 18.300) referente ao mútuo com a Transportes Pesados Minas S.A.

a. Movimentação

	2022	2021
Saldo em 1º de janeiro	18.300	540
Captação Mútuo	28.201	19.830
Juros provisionados	4.498	1.074
Integralização de capital	(13.000)	(2.604)
Amortização juros	-	(540)
Saldo em 31 de dezembro	**37.999**	**18.300**

12. Fornecedores e outras contas a pagar - Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R$ 6.452 (31 de dezembro de 2021 - R$ 4.244) é representado, substancialmente, pela contratação de prestadores de serviços e pelas compras de estoques de materiais para a execução dos serviços de operação e contratações das unidades de saúde, sendo apenas fornecedores nacionais.

13. Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
PIS	1.284	1.081
COFINS	5.915	4.979
Tributos retidos de terceiros	627	110
	7.826	**6.170**
Passivo circulante	802	327
Passivo não circulante	7.024	5.843

14. Tributos diferidos e tributos sobre a contraprestação

a. Tributos sobre a contraprestação

	2022	2021
PIS	5.148	3.557
COFINS	23.711	16.385
	28.859	**19.942**

b. Composição dos tributos diferidos

	2022	2021
Passivo (ativo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	(565)
Adição do custo de cons trução (*)	(95.996)	(78.682)
Receita de construção e atualização do ativo financeiro (*)	119.697	86.008
Outras adições	(283)	(157)
	23.418	**6.604**
Ativo fiscal diferido - não circulante	(96.279)	(2.998)
Passivo fiscal diferido - não circulante	119.697	9.602
Passivo fiscal diferido líquido - não circulante	**23.418**	**6.604**

(*) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente ou em quotas fixas ao longo do contrato de concessão. **c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição corrente e diferido**

	2022	2021
Lucro antes dos tributos	54.407	16.346
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - 34%	(18.498)	(5.558)
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	10	(12)
Encargo fiscal	**(18.488)**	**(5.570)**
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - diferido	(16.814)	(5.570)
Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) - corrente	(1.674)	-
	(18.488)	**(5.570)**
Aliquota efetiva	34,0%	34,1%

15. Transações entre partes relacionadas

	2022	2021
Despesas adminstrativas		
Transportes Pesados Minas S.A	13.803	781
Total	**13.803**	**781**

A Companhia contribui com despesas de suporte em TI. Existem transações de mútuo (Nota n° 11) entre as empresas e não há transações de compra, venda, ou outros gastos com empresas relacionadas. **16. Patrimônio líquido - a. Capital social** - O capital social e a composição acionária da Companhia estão representadas conforme a seguir. Não houve alteração em relação ao relatório anual de 2021.

	2022	2021
Capital Subscrito	77.717	77.717
(-) Capital a integralizar	(32.717)	(32.717)
Capital Social	**45.000**	**45.000**

b. Reservas de lucro - (i) Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R$2.435 (31 de dezembro de 2021 - R$639). **(ii) Reserva especial** - De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R$ 16.704 (31 de dezembro de 2021 - R$ 8.173). **(iii) Reserva de lucros a realizar** - Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de períodos anteriores, principalmente durante a fase de construção, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta o saldo de R$ 29.558 (31 de dezembro de 2021 – R$3.966).

17. Receita líquida

	2022	2021
Receita de construção	106.601	192.578
Receita de contraprestação mensal	49.415	17.291
Atualização do ativo financeiro	34.619	16.732
Impostos e deduções sobre receitas	(17.634)	(20.961)
Receita líquida de serviços	**173.001**	**205.640**

18. Custos dos serviços prestados

a.Custos de construção da infraestrutura

	2022	2021
Materiais aplicados	(23.612)	(60.979)
Seguros e locações em geral	(1.185)	(1.280)
Empréstimos e Financiamentos	(25.793)	(17.601)
Serviços de terceiros	(46.151)	(94.904)
	(96.741)	**(174.764)**

b. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Mão de obra	(7.928)	(3.613)
Materiais aplicados	(3.285)	(1.340)
Engenharia Clínica	(2.572)	(922)
Vigilância	(82)	(32)
Seguros e locações em geral	(980)	(959)
Serviços de terceiros	(1.017)	(124)
	(15.864)	**(6.990)**

19.Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal	(3.989)	(3.072)
Serviços de terceiros	(1.228)	(699)
Despesas administrativas	(278)	(578)
Aluguéis e locações em geral	(411)	(332)
Despesa escritório	(110)	(92)
Seguros	(1)	(1)
Depreciação imobilizado	(29)	(21)
	(6.046)	**(4.795)**

20. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3.758	568
Outras receitas	35	13
	3.793	**581**
Despesas financeiras		
Juros e encargos sobre empréstimos	(3.403)	1
Juros e multa por atraso	(13)	(24)
Outras despesas financeiras	(353)	(3.323)
	(3.769)	**(3.346)**
Resultado financeiro líquido	**24**	**(2.765)**

21. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os períodos findos em 31 de dezembro:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	35.919	10.776
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	74.159	74.159
Lucro básico por ação - em reais	**0,48**	**0,15**

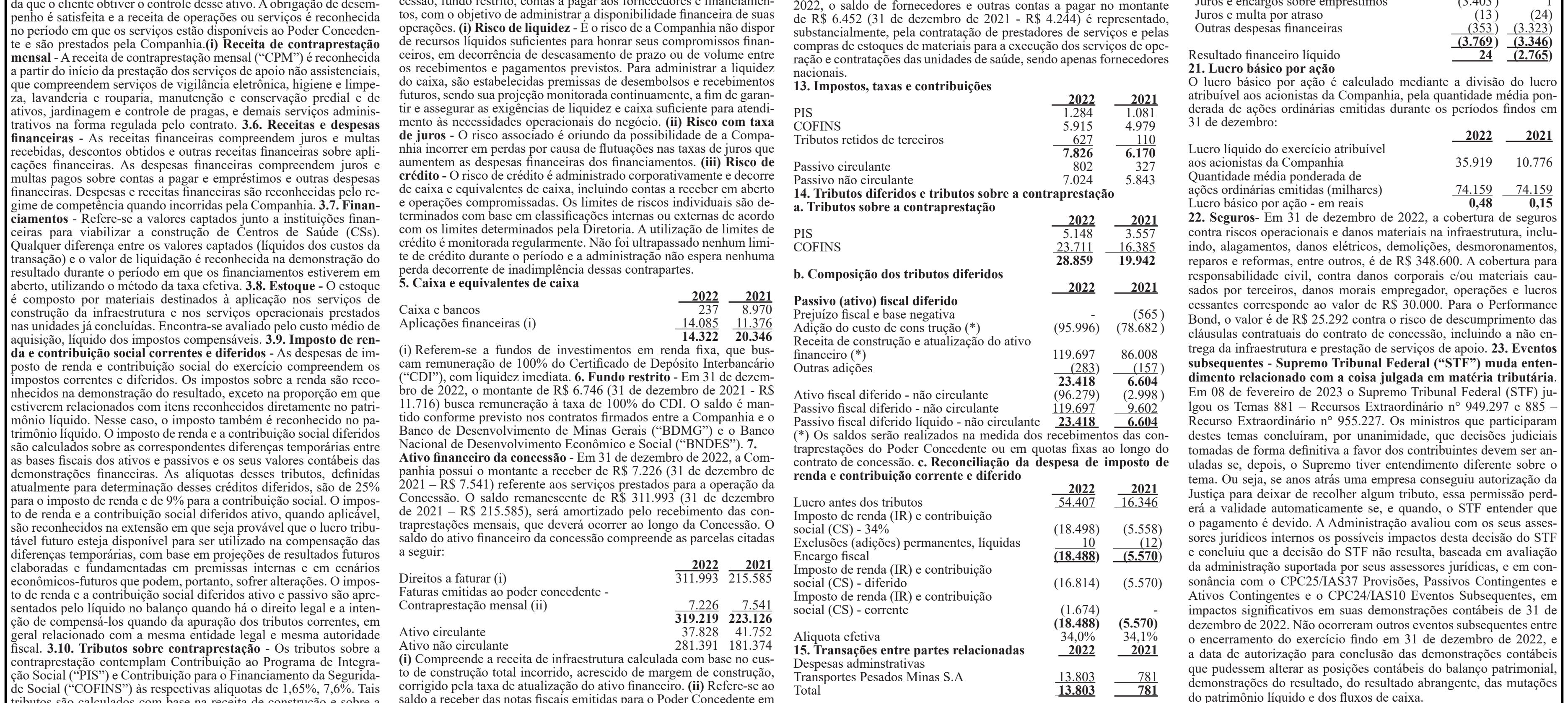
22. Seguros- Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura, incluindo, alagamentos, danos elétricos, demolições, desmoronamentos, reparos e reformas, entre outros, é de R$ 348.600. A cobertura para responsabilidade civil, contra danos corporais e/ou materiais causados por terceiros, danos morais empregador, operações e lucros cessantes corresponde ao valor de R$ 30.000. Para o Performance Bond, o valor é de R$ 25.292 contra o risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura e prestação de serviços de apoio. **23. Eventos subsequentes - Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária.** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
SPE Saúde Primária BH S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **SPE Saúde Primária BH S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Saúde Primária BH S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0

Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3